

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	13
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	14
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	17
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	17
11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS	18
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	18
13. INTANGÍVEL	21
14. FORNECEDORES	22
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	22
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	23
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	26
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	26
19. PROVISÕES.....	27
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	33
21. RECEITA.....	34
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	37
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	41
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	42
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	44
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	51
27. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	52
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	52
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	53
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	54
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	866.632	318.834
Títulos e Valores Mobiliários	5	429.589	253.191
Consumidores e Revendedores	6	2.397.910	2.496.149
Concessionários – Transporte de Energia	6	182.803	156.141
Tributos Compensáveis	7	140.763	103.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	252.966	227.445
Estoques		29.818	27.664
Contribuição de Iluminação Pública		188.818	144.128
Reembolso Subsídios Tarifários	10	63.751	71.695
Subvenção Baixa Renda		36.268	31.334
Ativos Financeiros da Concessão	12	604.839	860.466
Outros Créditos com a Eletrobrás		112.091	-
Outros		349.588	352.386
TOTAL DO CIRCULANTE		5.655.836	5.042.467
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	12.539	35.568
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	731.865	708.642
Tributos Compensáveis	7	174.107	188.263
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.077.234	1.030.696
Consumidores e Revendedores	6	65.249	58.453
Concessionários - Transporte de Energia	6	74.242	75.237
Outros Créditos		13.929	13.567
Ativos Financeiros da Concessão	12	199.980	625.173
Intangíveis	13	8.817.420	8.413.168
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.166.565	11.148.767
ATIVO TOTAL		16.822.401	16.191.234

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	590.696	2.984.287
Debêntures	16	507.228	362.188
Fornecedores	14	1.029.342	1.307.893
Impostos, Taxas e Contribuições	15	417.351	520.769
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		-	185.105
Salários e Encargos Sociais		191.730	147.453
Encargos Regulatórios	17	327.117	459.855
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		27.318	75.462
Obrigações Pós-Emprego	18	137.626	119.803
Contribuição de Iluminação Pública		299.752	257.883
Passivos Financeiros da Concessão	12	167.935	-
Outras		174.800	219.261
TOTAL DO CIRCULANTE		3.870.895	6.639.959
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.584.111	891.216
Debêntures	16	4.525.453	2.782.351
Provisões	19	333.037	291.169
Obrigações Pós-Emprego	18	2.195.154	2.108.908
Impostos, Taxas e Contribuições	15	630.174	631.774
Encargos Regulatórios	17	214.532	129.952
Passivos Financeiros da Concessão	12	323.550	-
Outras		54.451	20.057
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.860.462	6.855.427
TOTAL DO PASSIVO		13.731.357	13.495.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	2.361.998	2.361.998
Reservas de Lucros		833.760	735.957
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(402.107)	(402.107)
Adiantamento para futuro aumento de capital		410.000	-
Prejuízos Acumulados		(112.607)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.091.044	2.695.848
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.822.401	16.191.234

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	30/09/2016	30/09/2015
RECEITA	21	7.994.319	9.293.969
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.857.716)	(5.374.154)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(605.478)	(629.841)
		<u>(4.463.194)</u>	<u>(6.003.995)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(683.849)	(563.320)
Materiais		(19.019)	(25.985)
Serviços de Terceiros		(425.587)	(440.532)
Amortização		(349.545)	(322.395)
Provisões (Reversões) Operacionais		(88.242)	(67.914)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(854.060)	(690.632)
Outros		(31.237)	(106.260)
		<u>(2.451.539)</u>	<u>(2.217.038)</u>
CUSTO TOTAL		(6.914.733)	(8.221.033)
LUCRO BRUTO		1.079.586	1.072.936
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(282.310)	(109.866)
Despesas Gerais e Administrativas		(346.332)	(296.659)
Outras Despesas Operacionais		(343.592)	(370.906)
		<u>(972.234)</u>	<u>(777.431)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		107.352	295.505
Receitas Financeiras	23	604.032	679.437
Despesas Financeiras	23	(847.214)	(852.435)
Resultado Antes dos Impostos		(135.830)	122.507
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	-	(729)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	23.223	(56.528)
RESULTADO DO PERÍODO		(112.607)	65.250
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária – R\$		(0,0477)	0,0282

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	Jul a Set/16	Jul a Set/15
RECEITA	21	2.810.064	3.189.309
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.362.092)	(1.795.541)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(168.574)	(230.062)
		<u>(1.530.666)</u>	<u>(2.025.603)</u>
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(210.628)	(178.001)
Materiais		(7.044)	(8.799)
Serviços de Terceiros		(135.507)	(143.124)
Amortização		(118.182)	(108.740)
Provisões (Reversões) Operacionais		(26.010)	(32.150)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(321.021)	(247.227)
Outros		(9.646)	(36.126)
		<u>(828.038)</u>	<u>(754.167)</u>
CUSTO TOTAL		(2.358.704)	(2.779.770)
LUCRO BRUTO		451.360	409.539
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(108.418)	(52.165)
Despesas Gerais e Administrativas		(123.024)	(105.520)
Outras Despesas Operacionais		(140.998)	(97.964)
		<u>(372.440)</u>	<u>(255.649)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		78.920	153.890
Receitas Financeiras	23	169.911	257.663
Despesas Financeiras	23	(291.498)	(314.199)
Resultado Antes dos Impostos		(42.667)	97.354
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	-	(616)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	7.965	(36.674)
RESULTADO DO PERÍODO		(34.702)	60.064
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária – R\$		(0,0147)	0,0255

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E
2015

(Em milhares de Reais)

	30/09/2016	30/09/2015
Resultado do Período	(112.607)	65.250
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(112.607)</u>	<u>65.250</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E
2015

(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Resultado do Período	(34.702)	60.064
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(34.702)</u>	<u>60.064</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Recursos Destinados à aumento de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	-	2.482.227
Resultado do Período	-	-	-	-	65.250	65.250
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	65.250	65.250
Aumento de Capital	100.000	-	-	-	-	100.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	103.086	-	-	-	103.086
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015	2.361.998	556.103	(232.788)	-	65.250	2.750.563
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	2.361.998	735.957	(402.107)	-	-	2.695.848
Resultado do Período	-	-	-	-	(112.607)	(112.607)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	(112.607)	(112.607)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	410.000	-	410.000
Parcela dos dividendos obrigatórios que não serão distribuídos – reversão de provisão	-	97.803	-	-	-	97.803
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	2.361.998	833.760	(402.107)	410.000	(112.607)	3.091.044

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	30/09/2016	30/09/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	(112.607)	65.250
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	228.719	195.985
Amortização	367.753	335.366
Provisões para Perdas Operacionais	370.553	177.780
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	24.696	51.531
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	937.053	(1.306.434)
Juros e Variações Monetárias	444.489	180.817
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.223)	57.257
	<u>2.237.433</u>	<u>(242.448)</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(190.867)	(990.251)
Concessionários – Transporte de Energia	(25.667)	(12.792)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	341.259	1.193.190
Tributos Compensáveis	(23.573)	(11.570)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.521)	(50.493)
Depósitos Vinculados a Litígios	(22.102)	(14.613)
Reembolso Subsídios Tarifários	7.944	178.325
Subvenção Baixa Renda	(4.934)	(27.629)
Outros	8.461	(120.607)
	<u>65.000</u>	<u>143.560</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(278.551)	170.998
Tributos e Contribuição Social	(105.018)	153.857
IR e CSLL a pagar	-	54.889
Salários e Encargos Sociais	44.277	21.239
Encargos Regulatórios	(48.158)	365.698
Obrigações Pós-Emprego	(124.650)	(107.948)
Outros	(62.717)	83.954
	<u>(574.817)</u>	<u>742.687</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.727.616	643.799
Juros Pagos	(851.877)	(396.183)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(55.618)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	875.739	191.998
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(153.369)	(79.501)
Em Fundos Vinculados	(3)	732
Em Intangível	(737.319)	(585.379)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(890.691)	(664.148)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.249.633	2.469.014
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.009.581)	(1.733.685)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	(87.302)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	410.000	-
Aumento de Capital	-	100.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	562.750	835.329
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	547.798	363.179
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	318.834	313.799
No fim do exercício	<u>866.632</u>	<u>676.978</u>
	547.798	363.179

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	30/09/2016		30/09/2015	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	13.715.161		15.470.471	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	854.060		690.632	
Outras Receitas	2.784		3.477	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(282.310)		(109.866)	
	<u>14.289.695</u>		<u>16.054.714</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.242.467)		(5.915.233)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(667.193)		(694.041)	
Serviços de Terceiros	(752.782)		(771.715)	
Materiais	(432.921)		(294.605)	
Outros Custos Operacionais	(333.833)		(240.654)	
	<u>(6.429.196)</u>		<u>(7.916.248)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>7.860.499</u>		<u>8.138.466</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(367.753)		(335.366)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>7.492.746</u>		<u>7.803.100</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	604.032		679.437	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>8.096.778</u>		<u>8.482.537</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	974.983	12,04	895.492	10,56
Remuneração Direta	608.733	7,52	637.037	7,51
Benefícios	255.911	3,16	222.239	2,62
FGTS	45.978	0,57	36.216	0,43
Programas de Desligamento de Empregados	64.361	0,79		
Impostos, Taxas e Contribuições	6.221.575	76,84	6.504.416	76,68
Federais	2.931.992	36,21	3.835.227	45,21
Estaduais	3.286.138	40,59	2.666.666	31,44
Municipais	3.445	0,04	2.523	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.012.827	12,51	1.017.379	11,99
Juros	963.955	11,91	957.688	11,29
Aluguéis	48.872	0,60	59.691	0,70
Remuneração de Capital Próprio	(112.607)	(1,39)	65.250	0,77
Lucros (Prejuízos) Retidos	(112.607)	(1,39)	65.250	0,77
	<u>8.096.778</u>	<u>100,00</u>	<u>8.482.537</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.227.782 consumidores em 30 de setembro de 2016 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR). Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2015.

Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2016.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de novembro de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2015 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2016, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2015	30/09/2016	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolso Subsídios Tarifários
12	11	Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
13	12	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Receitas e Despesas Financeiras
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
30	27	Reajuste Tarifário Anual
31	28	Transações Não Envolvendo Caixa
32	29	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2015 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), por não apresentarem alterações aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação da CVM.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	35.525	41.337
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	685.660	239.127
Overnight	145.447	38.370
	831.107	277.497
	866.632	318.834

As Aplicações Financeiras correspondem a operações de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 80% a 108,5% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 14,14% a.a.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/09/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	29.694	73.393
Letras Financeiras – Bancos	281.870	140.294
Letras Financeiras do Tesouro	58.221	27.491
Debêntures	71.442	47.151
Outros	901	430
	442.128	288.759
Ativo Circulante	429.589	253.191
Ativo Não Circulante	12.539	35.568

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 98,5% a 103% conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 108% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 25. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 24.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2016	31/12/2015
Residencial	800.073	393.243	167.940	1.361.256	1.380.543
Industrial	134.361	48.347	139.475	322.183	359.202
Comércio, Serviços e Outras	389.501	99.174	163.926	652.601	700.780
Rural	155.787	52.150	50.317	258.254	242.413
Poder Público	72.689	25.746	33.095	131.530	152.591
Iluminação Pública	34.705	3.249	6.099	44.053	56.374
Serviço Público	82.604	8.266	18.668	109.538	118.392
Subtotal – Consumidores	1.669.720	630.175	579.520	2.879.415	3.010.295
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	17	17	18
Concessionários – Transporte de Energia	163.267	8.567	196.624	368.458	342.891
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	861
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(528.547)	(528.547)	(568.085)
	1.832.987	638.742	248.475	2.720.204	2.785.980
Ativo Circulante				2.580.713	2.652.290
Ativo Não Circulante				139.491	133.690

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/09/2016	31/12/2015
Residencial	167.940	212.849
Industrial	84.625	92.992
Comércio, Serviços e Outras	123.939	108.527
Rural	13.640	17.206
Poder Público	9.139	11.318
Iluminação Pública	4.229	4.131
Serviço Público	13.622	9.549
Concessionários – Transporte de Energia	111.413	111.513
	528.547	568.085

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	601.258
Constituições	109.866
Baixas	(68.480)
Saldo em 30 de setembro de 2015	642.644
Saldo em 31 de dezembro de 2015	568.085
Constituições	282.310
Baixas	(321.848)
Saldo em 30 de setembro de 2016	528.547

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a Recuperar	88.824	53.493
COFINS	36.674	38.442
PIS-PASEP	12.392	8.346
Outros	2.873	2.753
	140.763	103.034
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	121.492	122.289
COFINS	43.291	54.267
PIS-PASEP	9.324	11.707
	174.107	188.263
	314.870	291.297

Os créditos de PIS-PASEP, COFINS e ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas novas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2017.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
Imposto de Renda	174.352	153.221
Contribuição Social	78.614	74.224
	252.966	227.445

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/09/2016	31/12/2015
Ativos Fiscais Diferidos		
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	53.198	-
Obrigações Pós-Emprego	595.608	558.256
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	187.567	201.009
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Provisões Operacionais	113.233	98.997
Taxa de Administração	6.844	7.126
Outros	16.926	25.648
	1.126.531	1.044.191
Passivos Fiscais Diferidos		
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	(229.584)	(220.815)
Encargos Financeiros Capitalizados	(143.416)	(107.676)
Custo de Captação	(21.666)	(7.058)
	(394.666)	(335.549)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	731.865	708.642

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(56.528)
Saldo em 30 de setembro de 2015	804.436
Saldo em 31 de dezembro de 2015	708.642
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	23.223
Saldo em 30 de setembro de 2016	731.865

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos dos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2016	30/09/2015
Resultado Antes dos Impostos	(135.830)	122.507
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	46.182	(41.652)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.130)	(1.383)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(539)
Multas Indedutíveis	(11.737)	(5.597)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(9.268)	(8.115)
Outros	176	29
Imposto de Renda e Contribuição Social – Créditos (Despesa) efetivos	23.223	(57.257)
Alíquota Efetiva	17,10%	46,74%
Corrente	-	(729)
Diferido	23.223	(56.528)

	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Resultado Antes dos Impostos	(42.667)	97.354
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	14.507	(33.100)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Contribuições e Doações Inedutíveis	(755)	(501)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(116)
Multas Inedutíveis	(4.169)	(1.174)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.111)	(2.575)
Outros	1.493	176
Imposto de Renda e Contribuição Social – Créditos (Despesa) efetivos	7.965	(37.290)
Alíquota Efetiva	18,67%	38,30%
Corrente	-	(616)
Diferido	7.965	(36.674)

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Trabalhista	294.940	268.750
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	125.421	108.862
	743.743	727.184
Outros		
Regulatório	17.981	18.070
Cível	6.932	4.049
Relações de Consumo	3.411	2.289
Bloqueio Judicial	5.359	6.114
Outros	4.868	4.240
	38.551	34.762
	1.077.234	1.030.696

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de setembro de 2016, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$600.356 (R\$586.150 em 30 setembro de 2015). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$63.751 (R\$71.695 em 31 de dezembro de 2015), reconhecidos no ativo circulante.

11. REPASSES DA CONTA CENTRALIZADORA DE RECURSOS DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

De janeiro a setembro de 2016, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$341.259 (R\$788.771 no mesmo período de 2015) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/09/2016	31/12/2015
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	199.980	135.983
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	604.839	1.349.656
	804.819	1.485.639
Ativo Circulante	604.839	860.466
Ativo Não Circulante	199.980	625.173

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/09/2016	31/12/2015
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	491.485	-
Passivo Circulante	167.935	-
Passivo Não Circulante	323.550	-

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizado como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2015, da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682
Transferências do Ativo Intangível	603.839
Baixas	(46.993)
Atualização Financeira Líquida	282.663
Saldo em 30 de setembro de 2015	6.783.191
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983
Transferências do Ativo Intangível	57.650
Baixas	(291)
Atualização Financeira Líquida	6.638
Saldo em 30 de setembro de 2016	199.980

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

Saldos em 30/09/2016	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	325.654	(64.041)	-	(123.396)	325.654	(187.437)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	1.540	(2.461)	-	(1.828)	1.540	(4.289)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	10.122	-	1.898	-	12.020	-
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	26.245	(135)	4.003	-	30.248	(135)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	-	(132.837)	-	(64.338)	-	(197.175)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.000.589	(1.386.546)	362.811	(440.859)	2.363.400	(1.827.405)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(173.634)	-	(11.869)	-	(185.503)
Neutralidade da Parcela A	125.206	-	-	-	125.206	-
Outros Itens Financeiros	4.452	(297.234)	-	(49.972)	4.452	(347.206)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(16)	-	-	-	(16)
TOTAL	2.493.808	(2.056.904)	368.712	(692.262)	2.862.520	(2.749.166)

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo	Total do Passivo
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802	-
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	45.024	(328)
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.576	(2)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	6.655	(1.168)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	323	(307.968)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.020.792	(738.578)	572.207	(204.410)	2.592.999	(942.988)
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	-	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	118.740	(1.834)
Outros Itens Financeiros	10.917	(699)	170.345	-	181.262	(699)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(157.586)	-	-	-	(157.586)
TOTAL	2.423.445	(1.562.979)	868.936	(379.746)	3.292.381	(1.942.725)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	30/09/2016	31/12/2015
Ativo	2.302.452	560.068	2.862.520	3.292.381
Passivo	(1.697.613)	(1.051.553)	(2.749.166)	(1.942.725)
Total Líquido Apresentado no Balanço	604.839	(491.485)	113.354	1.349.656

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	1.813.675
(-) Realização	(423.517)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(1.193.190)
(+) Atualização Selic	56.516
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.360.159
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(572.483)
(-) Realização	(364.570)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (1)	(341.259)
(-) Transferência (2)	(164.957)
(+) Atualização Selic (3)	206.967
Saldo em 30 de setembro de 2016	113.354

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 11.

(2) O componente financeiro constituído para ser repassado à tarifa no próximo reajuste tarifário, decorrente de decisões judiciais (liminares) que contestam parte do valor do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), foi reclassificado para Outros Créditos e será amortizado em contrapartida às deduções das cotas mensais da CDE a serem pagas à Eletrobras, conforme Despacho emitido pela ANEEL em 2016.

(3) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contratos de concessão, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

	30/09/2016			31/12/2015		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	13.951.348	(6.539.640)	7.411.708	13.477.712	(6.240.383)	7.237.329
Intangível em Curso	1.405.712	-	1.405.712	1.175.839	-	1.175.839
Total Intangível	15.357.060	(6.539.640)	8.817.420	14.653.551	(6.240.383)	8.413.168

b) Muta o do Ativo Intangível em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231
Adi�es	690.632
Transferências para o Ativo Financeiro	(603.839)
Baixas	(4.538)
Amortiza�o	(335.366)
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.231.120
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.168
Adi�es	854.060
Transferências para o Ativo Financeiro	(57.650)
Baixas	(24.405)
Amortiza�o	(367.753)
Saldo em 30 de setembro de 2016	8.817.420

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adi es de R\$854.060 está contemplado R\$116.741 a título de Encargos Financeiros Capitalizados (R\$105.253 em 30 de setembro de 2015), conforme apresentado na Nota Explicativa 16.

14. FORNECEDORES

	30/09/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	130.759	302.582
Encargos de uso da rede elétrica	59.827	57.708
Energia elétrica comprada para revenda	458.394	417.770
Itaipu binacional	180.607	314.859
Materiais e serviços	199.755	214.974
	1.029.342	1.307.893

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUI ES

	30/09/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS	294.044	372.450
COFINS	77.485	89.871
PIS-PASEP	16.519	19.122
INSS	13.947	15.228
ISSQN	5.558	6.524
Outros	9.798	17.574
	417.351	520.769
Não Circulante		
COFINS	518.442	519.818
PIS-PASEP	111.732	111.956
	630.174	631.774
	1.047.525	1.152.543

As obriga es de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante contemplam o montante de R\$612.622, que refere-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cáculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensa o dos valores recolhidos nos últimos 10 anos.

A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

Adicionalmente, a partir de julho de 2015, a Companhia passou a efetuar provisão de PASEP/COFINS sobre a atualização do Ativo Financeiro, em conformidade à legislação tributária em vigor a partir dessa data.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/09/2016						31/12/2015
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	2.956	16.656	19.612	32.109
KFW	2016	4,50%	EUR	1.217	-	1.217	2.804
Dívida em Moeda Estrangeira				4.173	16.656	20.829	34.913
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A (4)	2018	128,00 do CDI	R\$	319.648	300.000	619.648	803.698
Banco do Brasil S.A	2017	108,33 do CDI	R\$	69.587	-	69.587	143.937
Banco do Brasil S.A	2017	111,00 do CDI	R\$	51.987	-	51.987	99.759
Banco do Brasil S.A	2020	114,00 do CDI	R\$	28.417	493.089	521.506	499.017
Nota Promissória 8ª Emissão	2016	111,70 do CDI	R\$	-	-	-	1.889.350
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	16.821	54.048	70.869	184.764
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	3.630	2.583	6.213	7.866
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	-	-	-	11.323
Caixa Econômica Federal	2018	119,00 do CDI	R\$	100.584	33.333	133.917	200.876
Caixa Econômica Federal	2020	132,14 do CDI	R\$	(4.151)	684.402	680.251	-
Dívida em Moeda Nacional				586.523	1.567.455	2.153.978	3.840.590
Total de Empréstimos e Financiamentos				590.696	1.584.111	2.174.807	3.875.503
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	37.751	410.752	448.503	461.258
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	42.083	1.430.779	1.472.862	1.402.391
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	27.294	853.493	880.787	839.428
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	262.770	233.501	496.271	441.462
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	137.330	1.596.928	1.734.258	-
Total de Debêntures				507.228	4.525.453	5.032.681	3.144.539
Total Geral				1.097.924	6.109.564	7.207.488	7.020.042

- Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$147.821, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$128.208. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI+ 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI+ 6%); Vallourec (TR+9%);
- Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- A Cemig D celebrou, em 22 de abril de 2016, termos aditivos a duas Cédulas de Crédito Bancário, emitidas em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$600 milhões de reais, cuja finalidade consiste em rolagem de dívidas da companhia. A taxa de juros é de 128,00% do CDI a.a. e os recursos serão pagos em 4 parcelas semestrais com vencimento final em abril/2018.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.956	-	-	-	-	-	-	16.656	19.612
Euro	1.217	-	-	-	-	-	-	-	1.217
Total por Moedas	4.173	-	-	-	-	-	-	16.656	20.829
Indexadores									
IPCA (1)	332.596	232.959	(394)	472.112	472.110	486.573	213.467	640.497	2.849.920
UFIR/RGR (2)	4.592	16.749	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.378	70.869
CDI (3)	419.190	1.370.234	1.799.192	439.338	231.703	-	-	-	4.259.657
TR (4)	1.770	400	100	-	-	-	-	-	2.270
IGP-DI (5)	989	844	844	844	422	-	-	-	3.943
TJLP (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Indexadores	759.137	1.621.186	1.816.099	925.206	715.445	489.980	216.731	642.875	7.186.659
Total Geral	763.310	1.621.186	1.816.099	925.206	715.445	489.980	216.731	659.531	7.207.488

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Taxa Referencial (TR);
 (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (6) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada de janeiro a setembro de 2016 %	Varição Acumulada de janeiro a setembro 2015 %	Indexador	Varição Acumulada de janeiro a setembro de 2016 %	Varição Acumulada de janeiro a setembro 2015 %
Dólar Norte-Americano	(16,87)	49,57	IPCA	5,51	7,64
Euro	(14,16)	37,43	CDI	10,42	9,55

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250
Empréstimos Obtidos	2.500.000
Custos de Captação	(30.986)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.469.014
Varição Monetária e Cambial	209.188
Encargos Financeiros Provisionados	499.785
Encargos Financeiros Pagos	(396.183)
Amortização de Financiamentos	(1.733.685)
Saldo em 30 de setembro de 2015	7.096.369
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.020.042
Empréstimos Obtidos	2.310.000
Custos de Captação	(60.367)
Empréstimos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.249.633
Varição Monetária e Cambial	145.485
Encargos Financeiros Provisionados	653.786
Encargos Financeiros Pagos	(851.877)
Amortização de Empréstimos	(2.009.581)
Saldo em 30 de setembro de 2016	7.207.488

Encargos Financeiros Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/09/2016	30/09/2015
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	653.786	499.785
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível (1)	(116.741)	(105.253)
Efeito Líquido no Resultado	537.045	394.532

(1) Taxa média de capitalização: 13,13% no período de janeiro a setembro de 2016 (11,14% de janeiro a setembro de 2015).

Captações de Recursos

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor (*)
Moeda Nacional				
Caixa Econômica Federal (1)	22/03/2016	2020	132,14% do CDI	675.008
Debêntures (2)	28/03/2016	2018	CDI+4,05%	1.574.625
Total de Captações				2.249.633

*Líquido do custo de captação.

- (1) A Cemig D emitiu, em 22 de março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$750 milhões de reais, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vencidas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016. Do total do montante, foram liberados R\$355 milhões em março de 2016, R\$300 milhões em abril de 2016 e R\$40 milhões em maio de 2016, sendo que as últimas liberações, no total de R\$55 milhões, foram canceladas e o valor total da Cédula de Crédito Bancário foi alterado para R\$695 milhões;
- (2) A Cemig D concluiu em 28 de março de 2016 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vencidas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Garantias

Em 30 de setembro de 2016, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Notas Promissórias e Aval	4.981.928
Recebíveis	1.723.075
Sem Garantia	502.485
TOTAL	7.207.488

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 30 de setembro de 2016, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 30/09/2016	Saldo em 31/12/2015
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	448.503	461.258
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	1.472.862	1.402.391
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	880.787	839.428
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	496.271	441.462
4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	1.734.258	-
TOTAL			5.032.681	3.144.539

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2016	31/12/2015
Eficiência Energética	276.038	207.162
Pesquisa e Desenvolvimento	67.702	41.895
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	134.086	276.346
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.258
Encargos de Capacidade Emergencial	30.997	30.997
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.361	1.287
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	-	655
	541.649	589.807
Passivo Circulante	327.117	459.855
Passivo Não Circulante	214.532	129.952

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria (FORLUZ)	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
Despesa Reconhecida no Resultado	70.663	78.128	2.250	44.944	195.985
Contribuições Pagas	(62.664)	(37.929)	(1.131)	(6.224)	(107.948)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2015	587.227	861.524	24.685	521.572	1.995.008
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	836.260	971.830	21.959	398.662	2.228.711
Despesa Reconhecida no Resultado	85.557	100.412	2.264	40.486	228.719
Contribuições Pagas	(68.662)	(48.447)	(1.201)	(6.340)	(124.650)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016	853.155	1.023.795	23.022	432.808	2.332.780
				30/09/2016	31/12/2015
Passivo Circulante				137.626	119.803
Passivo Não Circulante				2.195.154	2.108.908

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig Distribuição, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a Fundação.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2016
Trabalhistas	216.101	55.236	(1.164)	(23.394)	246.779
Cíveis					
Relações de Consumo	14.084	12.746	-	(10.710)	16.120
Outras Ações Cíveis	26.885	14.454	-	(3.416)	37.923
	40.969	27.200	-	(14.126)	54.043
Tributárias	3.313	265	(71)	(78)	3.429
Ambientais	60	-	(60)	-	-
Regulatórias	20.814	3.645	-	(1.643)	22.816
Outras	9.912	7.230	(4.038)	(7.134)	5.970
Total	291.169	93.576	(5.333)	(46.375)	333.037

	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2015
Trabalhistas	236.345	47.741	-	(15.712)	268.374
Cíveis					
Relações de Consumo	15.965	9.810	(3.043)	(9.180)	13.552
Outras Ações Cíveis	23.694	9.213	-	(5.280)	27.627
	39.659	19.023	(3.043)	(14.460)	41.179
Tributárias	9.561	917	(7.033)	(139)	3.306
Ambientais	51	6	-	-	57
Regulatórias	10.874	9.840	-	(91)	20.623
Outras	6.632	1.294	(831)	(797)	6.298
Total	303.122	78.821	(10.907)	(31.199)	339.837

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$847.050 (R\$769.656 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$246.779 (R\$216.101 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$24.624 (R\$18.685 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$16.120 (R\$14.084 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$185.589 (R\$158.141 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$37.923 (R\$26.885 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$110.270 (R\$17.539 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$3.429 (R\$3.313 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$153.831 (R\$135.494 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$22.816 (R\$20.814 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$121.168 (R\$65.870 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$5.970 (R\$9.972 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$179.949 (R\$169.518 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$203.308 (R\$188.968 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.014.837 (R\$937.279 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF’s e/ou DCTF’s, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações O valor da contingência é de R\$113.447 (R\$311.370 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$94.604 (R\$164.172 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$23.138 (R\$20.782 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.312.992 (R\$1.279.556 em 31 de dezembro de 2015), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$71.943 (R\$66.170 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Maioração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$248.464 (R\$222.449 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$308.975 (R\$272.443 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Programa Luz para Todos – Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$231.065 (R\$202.172 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$38.127 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a possibilidade de perda como possível.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$25.568 (R\$23.885 em 31 de dezembro de 2015) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$123.075 (R\$117.852 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2016, o Capital Social da Companhia é de R\$2.361.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Resultado por ação

O Resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2016	30/09/2015
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.316.468
Resultado do Período	(112.607)	65.250
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,0477)	0,0282

	Jul a Set/16	Jul a Set/15
Número médio ponderado de ações	2.359.113	2.359.113
Resultado do Período	(34.702)	60.064
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,0147)	0,0255

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro (Prejuízo) Diluído é igual ao Lucro (Prejuízo) Básico.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig Distribuição, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

Dividendos declarados referentes ao resultado de 2015

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2016, aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R\$92.552, valor este inferior ao mínimo estatutário. O valor que deixou de ser distribuído como dividendo obrigatório corresponde ao montante de R\$97.803.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2016	30/09/2015
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	12.427.357	12.017.717
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	1.373.726	1.203.477
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(937.053)	1.306.434
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	854.060	690.632
Outras Receitas Operacionais (e)	851.131	942.843
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(6.574.902)	(6.867.134)
	7.994.319	9.293.969

	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	4.032.427	4.316.053
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	520.860	454.850
Constituição (Realização) de CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(273.498)	543.937
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	321.021	247.227
Outras Receitas Operacionais (e)	277.660	371.181
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(2.068.406)	(2.743.939)
	2.810.064	3.189.309

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Residencial	7.406.095	7.313.315	5.818.788	5.303.127
Industrial	2.474.091	2.826.575	1.394.216	1.522.640
Comércio, Serviços e Outros	4.300.955	4.438.762	3.113.311	2.800.028
Rural	2.699.294	2.472.446	1.073.290	1.007.542
Poder Público	659.997	650.969	404.713	391.071
Iluminação Pública	1.012.312	994.543	395.771	389.217
Serviço Público	930.708	897.900	404.743	394.378
Subtotal	19.483.452	19.594.510	12.604.832	11.808.003
Consumo Próprio	27.614	27.722	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(177.475)	209.714
Total	19.511.066	19.622.232	12.427.357	12.017.717

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Residencial	2.389.353	2.363.902	1.859.113	1.906.812
Industrial	790.972	941.001	442.128	570.632
Comércio, Serviços e Outros	1.303.251	1.384.091	929.355	981.156
Rural	1.015.555	928.036	394.504	410.839
Poder Público	208.314	209.647	128.652	142.009
Iluminação Pública	338.892	333.947	129.015	149.245
Serviço Público	318.605	301.214	136.068	148.112
Subtotal	6.364.942	6.461.838	4.018.835	4.308.805
Consumo Próprio	8.528	8.808	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	13.592	7.248
Total	6.373.470	6.470.646	4.032.427	4.316.053

(*) Valores em MWh informados não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

e) Outras Receitas Operacionais

	30/09/2016	30/09/2015
Serviço Taxado	4.533	11.604
Outras Prestações de Serviços	8.437	7.911
Subvenções (*)	757.213	732.422
Aluguel e Arrendamento	75.256	73.258
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	-	62.783
Outras	5.692	54.865
	851.131	942.843

	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Serviço Taxado	1.593	2.803
Outras Prestações de Serviços	3.318	2.963
Subvenções (*)	246.636	273.263
Aluguel e Arrendamento	25.396	24.919
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	-	15.723
Outras (Reversão)	717	51.510
	277.660	371.181

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2016	30/09/2015
Impostos sobre a Receita		
ICMS (1)	3.285.060	2.665.123
PIS-PASEP	226.738	242.293
COFINS	1.044.378	1.116.581
ISSQN	397	308
	4.556.573	4.024.305
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	44.872	42.558
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	1.573.901	1.999.052
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	17.949	17.023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	17.949	17.023
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	8.975	8.512
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias	342.789	747.866
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	11.894	10.795
	2.018.329	2.842.829
	6.574.902	6.867.134

	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Impostos sobre a Receita		
ICMS(1)	1.054.121	970.111
PIS-PASEP	75.346	96.171
COFINS	347.048	443.535
ISSQN	158	111
	1.476.673	1.509.928
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	10.978	14.265
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	566.142	853.667
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	4.391	5.706
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	4.391	5.706
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.196	2.853
Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias (Reversão)	(429)	347.973
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	4.064	3.841
	591.733	1.234.011
	2.068.406	2.743.939

(1) A partir de 01 de janeiro de 2016, a alíquota dos consumidores comerciais, serviços e outras atividades foi alterada de 18% para 25% (Decreto nº 46.924, de 29 de dezembro de 2015).

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal (a)	852.103	683.977
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	26.939	142.826
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	165.845	125.322
Materiais	29.226	37.504
Serviços de Terceiros (b)	472.356	498.666
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.857.716	5.374.154
Amortização	367.753	335.366
Provisões Operacionais (d)	370.553	177.780
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	605.478	629.841
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	854.060	690.632
Outras Despesas Líquidas (f)	284.938	302.396
	7.886.967	8.998.464

	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Pessoal (a)	264.207	221.527
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	17.428	41.094
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	59.950	41.774
Materiais	11.789	15.194
Serviços de Terceiros (b)	159.549	165.283
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.362.092	1.795.541
Amortização	123.898	110.904
Provisões Operacionais (d)	134.429	84.315
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	168.574	230.062
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	321.021	247.227
Outras Despesas Líquidas (f)	108.207	82.498
	2.731.144	3.035.419

a) Despesas com Pessoal	30/09/2016	30/09/2015
Remunerações e Encargos	679.909	599.954
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	48.936	39.851
Benefícios Assistenciais	94.696	79.085
	823.541	718.890
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(38.149)	(36.499)
Provisão Prêmio Aposentadoria	2.350	1.586
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	64.361	-
	852.103	683.977

a) Despesas com Pessoal	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Remunerações e Encargos	212.982	195.078
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	13.778	12.791
Benefícios Assistenciais	28.556	26.554
	255.316	234.423
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(9.834)	(13.238)
Provisão Prêmio Aposentadoria (Reversão)	(1.358)	342
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	20.083	-
	264.207	221.527

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2016, a Companhia criou o PDVP, sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorreu no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia e contou com a adesão de 648 empregados. Os valores das rescisões foram integralmente provisionados, conforme demonstrado na tabela acima.

b) Serviços de Terceiros	30/09/2016	30/09/2015
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	101.565	91.104
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	147.119	126.630
Comunicação	45.068	51.349
Conservação e Limpeza de Prédios	49.864	51.897
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	4.431	22.027
Corte e Religação	3.540	22.255
Podas de Árvores	8.887	18.647
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	12.380	13.637
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	24.464	15.199
Mão de Obra Contratada	5.286	1.916
Hospedagem e Alimentação	6.556	9.160
Vigilância	7.647	8.455
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	2.588	3.626
Manutenção e Conservação de Veículos	3.402	5.424
Reprografia e Publicações Legais	10.135	7.674
Consultoria	3.729	4.419
Outros	35.695	45.247
	472.356	498.666

b) Serviços de Terceiros	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Leitura de Medidores e Entrega de Contas	34.057	32.249
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	41.283	37.854
Comunicação	14.808	17.652
Conservação e Limpeza de Prédios	17.222	20.191
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	1.432	8.274
Corte e Religação	1.775	6.325
Podas de Árvores	3.498	7.045
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	3.843	3.556
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	14.282	4.790
Mão de Obra Contratada	1.860	1.231
Hospedagem e Alimentação	2.543	3.038
Vigilância	2.270	3.455
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	773	1.198
Manutenção e Conservação de Veículos	667	1.715
Reprografia e Publicações Legais	3.789	2.629
Consultoria	493	1.254
Outros	14.954	12.827
	159.549	165.283

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/09/2016	30/09/2015
Energia de Itaipu Binacional	880.361	1.253.423
Contratos por Cotas de Garantia Física	403.913	183.398
Cotas das Usinas de Angra I e II	162.680	149.610
Energia de Curto Prazo	439.151	710.085
Contratos Bilaterais	213.473	233.803
Energia adquirida em Leilão	1.898.794	3.200.400
PROINFA	244.095	184.514
Créditos de PASEP/COFINS	(384.751)	(541.079)
	3.857.716	5.374.154

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Energia de Itaipu Binacional	273.070	482.579
Contratos por Cotas de Garantia Física	152.753	69.914
Cotas das Usinas de Angra I e II	54.227	50.531
Energia de Curto Prazo	191.656	264.191
Contratos Bilaterais	72.745	77.976
Energia adquirida em Leilão	672.292	1.002.122
PROINFA	81.365	61.505
Créditos de PASEP/COFINS	(136.016)	(213.277)
	1.362.092	1.795.541

d) Provisões (Reversões) Operacionais	30/09/2016	30/09/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	282.310	109.866
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	54.072	47.741
Cíveis	27.200	15.980
Tributárias	194	(6.116)
Ambientais	(60)	6
Regulatórias	3.645	9.840
Outras	3.192	463
	88.243	67.914
	370.553	177.780

d) Provisões (Reversões) Operacionais	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	108.418	52.165
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	26.083	22.896
Cíveis	10.573	705
Tributárias	105	(387)
Ambientais	(3)	2
Regulatórias	(9.768)	9.389
Outras	(979)	(455)
	26.011	32.150
	134.429	84.315

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	45.248	46.159
Materiais	403.695	257.101
Serviços de Terceiros	280.421	273.045
Encargos Financeiros	116.741	105.253
Aquisição de Imóveis e Instalações	341	1.804
Arrendamentos e Aluguéis	819	737
Impostos e Taxas	847	349
Outros	5.948	6.184
	854.060	690.632

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Pessoal	13.392	18.091
Materiais	158.690	94.765
Serviços de Terceiros	109.586	96.249
Encargos Financeiros	37.244	35.093
Aquisição de Imóveis e Instalações	94	(13)
Arrendamentos e Aluguéis	423	221
Impostos e Taxas	525	161
Outros	1.067	2.660
	321.021	247.227

f) Outras Despesas Líquidas	30/09/2016	30/09/2015
Arrendamentos e Aluguéis	46.611	57.228
Propaganda e Publicidade	5.590	4.319
Consumo Próprio de Energia Elétrica	16.536	14.878
Subvenções e Doações	9.804	7.348
Anuidade CCEE	2.793	3.100
Seguros	1.676	1.423
Forluz – Custeio Administrativo	13.790	11.891
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	74.367	46.095
Agentes Arrecadadores	53.199	52.642
Outras	60.572	103.472
	284.938	302.396

f) Outras Despesas Líquidas	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
Arrendamentos e Aluguéis	12.147	18.238
Propaganda e Publicidade	3.609	2.907
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.019	5.540
Subvenções e Doações	3.209	2.625
Anuidade CCEE	904	1.019
Seguros	660	471
Forluz – Custeio Administrativo	4.710	3.524
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	32.297	1.114
Agentes Arrecadadores	17.651	18.285
Outras	28.001	28.775
	108.207	82.498

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2016	30/09/2015
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	100.513	35.567
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	202.776	151.001
Variações Cambiais	54.054	139.145
Variações Monetárias	23.404	6.852
Variação Monetária Depósitos Judiciais	24.436	-
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	6.638	282.663
Variação Monetária - CVA	206.967	56.516
PASEP e COFINS incidente sobre as Rec.Financ.	(37.458)	(9.291)
Outras	22.702	16.984
	604.032	679.437
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(537.045)	(394.532)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(62.874)	(70.663)
Variações Cambiais	(18.976)	(159.331)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(159.757)	(196.689)
Variação Monetária de P&D e PEE	(21.758)	(14.048)
Outras Variações Monetárias	(3.569)	(3.212)
Outras	(43.235)	(13.960)
	(847.214)	(852.435)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(243.182)	(172.998)

	Jul a Set/2016	Jul a Set/2015
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	42.291	16.279
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	67.330	58.010
Variações Cambiais	12.246	70.454
Variações Monetárias	19.085	2.933
Variação Monetária Depósitos Judiciais	13.331	-
Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos	1.313	88.990
Variação Monetária - CVA	19.403	24.228
PASEP e COFINS incidente sobre as Rec.Financ.	(11.318)	(9.291)
Outras	6.230	6.060
	169.911	257.663
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(192.993)	(163.007)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(16.289)	(18.294)
Variações Cambiais	(1.802)	(87.887)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(32.090)	(37.333)
Variação Monetária de P&D e PEE	(8.059)	(5.514)
Outras Variações Monetárias	(1.580)	(1.075)
Outras	(38.685)	(1.089)
	(291.498)	(314.199)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(121.587)	(56.536)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	8.078	12.462	-	-	(21.567)	(10.884)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	-	185.105	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	651	1.563	-	-	(5.575)	(1.336)
Operações com Energia Elétrica (2)	3.556	3.710	14.250	11.464	29.022	29.186	(104.757)	(201.822)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	293	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.785	10.519	-	-	(61.603)	(76.896)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	32.459	15.639	-	-	(125.921)	(101.683)
Aliança Norte								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.634	-	-	-	(22.486)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	809	1.478	-	-	(5.307)	(4.771)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	7.327	6.616	-	-	(49.244)	(45.506)
EATE								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.553	1.652	-	-	(10.279)	(13.362)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	239	811	-	-	2.229	3.539	-	-
Prestação de serviço (3)	-	-	704	955	-	-	(10.771)	(8.567)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (4)	-	-	1.709	1.725	-	-	(33.125)	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	56.463	18.674	-	-	112.168	106.273	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	596.649	302.865	-	-	57.538	8.544	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	12.527	4.968	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	61.198	55.040	-	-	(85.557)	(70.663)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(48.936)	(39.851)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(13.790)	(11.891)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.317	1.194	-	-	(11.850)	(10.579)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	791.957	781.220	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	66.934	56.345	-	-	(102.676)	(80.378)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	979.883	937.444	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 204/2013. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2013 com duração de 4 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (4) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 6, 14 e 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo demonstrados na tabela abaixo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2016	31/12/2015
				Cemig Distribuição 31,71%	Cemig Distribuição 22,22%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.750	2.520
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	17.597	11.076
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	3.326	2.402
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	15.851	11.884
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	8.054	4.832
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	10.068	6.041
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	3.321	2.235
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	632
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	3.495	-
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	3.286	-
				66.748	41.622

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a setembro de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração	5.275	2.876
Participação nos Resultados (Reversão)	(395)	587
Benefícios Assistenciais	513	262
Total	5.393	3.725

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Ativos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Passivos financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 131% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e para a Dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07% e CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	831.107	831.107	277.497	277.497
Depósitos Vinculados a Litígios	2.720.204	2.720.204	2.785.980	2.785.980
Subvenção Baixa Renda	1.077.234	1.077.234	1.030.696	1.030.696
Reembolso Subsídios Tarifários	36.268	36.268	31.334	31.334
Fundos Vinculados	63.751	63.751	71.695	71.695
CVA e Outros Componentes Financeiros	92	92	89	89
Outros Créditos com a Eletrobrás	604.839	604.839	1.349.656	1.349.656
	112.091	112.091	-	-
	5.445.586	5.445.586	5.546.947	5.546.947
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	199.980	199.980	135.983	135.983
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	15.416	15.372	37.139	37.082
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	426.712	426.712	251.620	251.620
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.029.342	1.029.342	1.307.893	1.307.893
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.207.488	7.130.604	7.020.042	6.427.743
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	582.197	582.197	587.984	587.984
CVA e Outros Componentes Financeiros	491.485	491.485	-	-
	9.310.512	9.233.628	8.915.919	8.323.620

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2016		31/12/2015	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	6.042	19.612	8.223	32.109
Fornecedores (Itaipu Binacional)	55.775	180.607	82.983	314.859
	61.817	200.219	91.206	346.968
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	334	1.217	660	2.804
Passivo Líquido Exposto		201.436		349.772

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2017 será uma valorização de 2,19% para o dólar (R\$ 3,317) e uma desvalorização de 0,30% para o Euro (R\$3,637). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2016	Cenário Provável	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	19.612	20.041	25.050	30.065
Fornecedores (Itaipu Binacional)	180.607	184.557	230.682	276.863
	200.219	204.598	255.732	306.928
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 16</i>)	1.217	1.213	1.516	1.820
Passivo Líquido Exposto	201.436	205.811	257.248	308.748
Efeito Líquido da Variação Cambial		4.375	55.812	107.312

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/09/2016	31/12/2015
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	831.107	277.497
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	442.128	288.759
Fundos Vinculados	92	89
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	604.839	1.349.656
Outros Créditos com a Eletrobrás	112.091	-
	1.990.257	1.916.001
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(4.259.657)	(4.097.895)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 12)	(491.485)	-
	(4.751.142)	(4.097.895)
Passivo Líquido Exposto	(2.760.885)	(2.181.894)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, a taxa SELIC será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

A estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/09/2016	30 de setembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 11,75%	Cenário SELIC 14,69%	Cenário SELIC 17,63%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	831.107	928.762	953.197	977.631
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	442.128	494.078	507.077	520.075
Fundos Vinculados	92	103	106	108
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	604.839	675.908	693.690	711.472
Outros Créditos com a Eletrobrás	112.091	125.262	128.557	131.853
	1.990.257	2.224.113	2.282.627	2.341.139
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (nota 16)	(4.259.657)	(4.760.167)	(4.885.401)	(5.010.635)
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	(491.485)	(549.234)	(563.684)	(578.134)
	(4.751.142)	(5.309.401)	(5.449.085)	(5.588.769)
Passivo Líquido Exposto	(2.760.885)	(3.085.288)	(3.166.458)	(3.247.630)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(324.403)	(405.573)	(486.745)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de setembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/09/2016	31/12/2015
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12) (*)	127.239	120.853
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.849.920)	(2.683.281)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(582.197)	(587.984)
Passivo Líquido Exposto	(3.304.878)	(3.150.412)

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2017, o IPCA será de 5,01%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2016	30 de setembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 5,01%	Cenário IPCA 6,27%	Cenário IPCA 7,52%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 12)	127.239	133.617	135.217	136.807
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.849.920)	(2.992.781)	(3.028.610)	(3.064.234)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(582.197)	(611.381)	(618.701)	(625.978)
Passivo Líquido Exposto	(3.304.878)	(3.470.545)	(3.512.094)	(3.553.405)
Efeito Líquido da Variação do IPCA		(165.667)	(207.216)	(248.527)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos na Política de Aplicações, alocando até 100% de seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, ou aplicando diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI, dependendo da necessidade de caixa da empresa.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	190.983	621.057	698.846	6.744.241	1.674.875	9.930.002
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	7.790	23.656	64.705	432.697	341.535	870.383
	198.773	644.713	763.551	7.176.938	2.016.410	10.800.385
Pré-fixadas						
Fornecedores	921.956	107.386	-	-	-	1.029.342
	1.120.729	752.099	763.551	7.176.938	2.016.410	11.829.727

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Distribuição administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig Distribuição divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual superior ao mínimo definido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Total do Passivo	13.731.357	13.495.386
Caixa e Equivalentes de Caixa	(866.632)	(318.834)
Fundos Vinculados	(92)	(89)
Passivo Líquido	12.864.633	13.176.463
Total do Patrimônio Líquido	3.091.044	2.695.848
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,16	4,89

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/09/2016	Valor justo em 30 de setembro de 2016		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	29.398	-	29.398	-
Letras Financeiras – Bancos	274.432	-	274.432	-
Letras Financeiras do Tesouro	58.221	58.221	-	-
Debêntures	64.661	-	64.661	-
	426.712	58.221	368.491	-
Fundos Vinculados	92	-	92	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	199.980	-	-	199.980
	626.784	58.221	368.583	199.980

	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	41.785	-	41.785	-
Letras Financeiras – Bancos	135.193	-	135.193	-
Letras Financeiras do Tesouro	27.491	27.491	-	-
Debêntures	47.151	-	47.151	-
	251.620	27.491	224.129	-
Fundos Vinculados	89	-	89	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	387.692	27.491	224.218	135.983

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 24 de maio de 2016, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário médio de 3,78%, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2016, até 27 de maio de 2017.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	30/09/2016	30/09/2015
Encargos Financeiros Capitalizados	116.741	105.253
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	854.060	690.632

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de Empréstimos

Em 21 de outubro de 2016 a Cemig Distribuição S.A. liquidou, em favor do Banco do Brasil S.A, duas Cédulas de Crédito Comercial (e seus aditivos) com vencimentos finais em abril de 2018, no valor total de R\$ 600.000 de principal, acrescidos de juros no montante de R\$25.000 calculados até a data da efetiva liquidação. O pagamento foi realizado com recursos próprios.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes.

A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos, e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

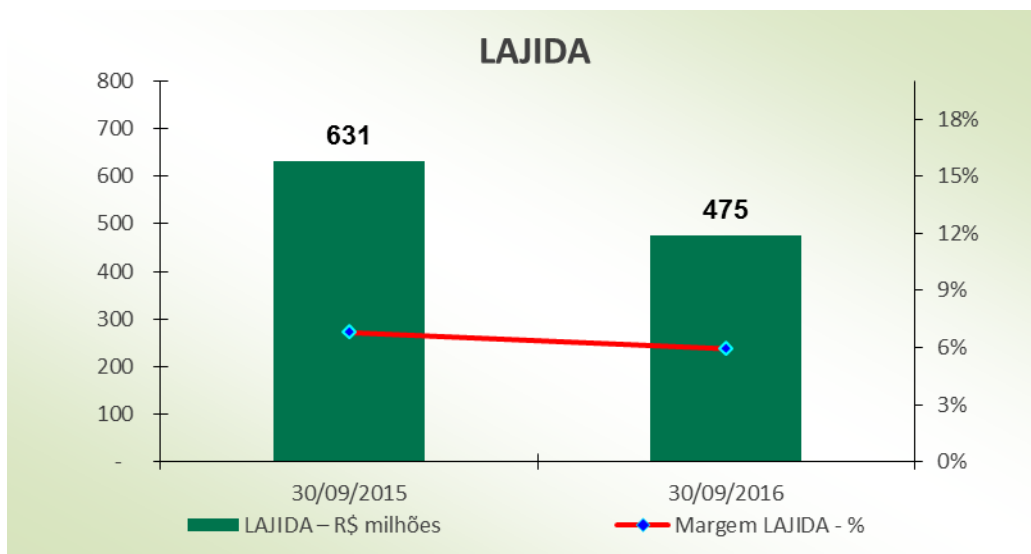
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no período de janeiro a setembro de 2016, prejuízo de R\$112.607 em comparação ao lucro líquido de R\$65.250 no período de janeiro a setembro de 2015. As principais variações na comparação dos resultados dos períodos de janeiro a setembro de 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 24,69% no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação ao mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2016	30/09/2015	Var. %
Resultado do Período	(112.607)	65.250	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(23.223)	57.257	-
+ Resultado Financeiro Líquido	243.182	172.998	40,57
+ Amortização	367.753	335.366	9,66
= LAJIDA	475.105	630.871	(24,69)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação ao mesmo período de 2015, deve-se, principalmente, à redução na receita de 13,98% em comparação a uma redução de 13,20% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 6,79%, no período de janeiro a setembro de 2015 para 5,94% no período de janeiro a setembro de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$12.427.357, no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a R\$12.017.717, no período de janeiro a setembro de 2015, representando um aumento de 3,41%. Os principais impactos na Receita, no período de janeiro a setembro de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Em contrapartida aos reajustes tarifários, ocorreu uma redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$342.789 no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a R\$747.866 no mesmo período de 2015, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança no período atual de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	30/09/2016	30/09/2015	Var %
Residencial	7.406.095	7.313.315	1,27
Industrial	2.474.091	2.826.575	(12,47)
Comércio, Serviços e Outros	4.300.955	4.438.762	(3,10)
Rural	2.699.294	2.472.446	9,18
Poder Público	659.997	650.969	1,39
Iluminação Pública	1.012.312	994.543	1,79
Serviço Público	930.708	897.900	3,65
Total	19.483.452	19.594.510	(0,57)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 12,47% na energia vendida para o segmento industrial principalmente em função da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 9,18% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a setembro de 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.373.726, comparada a R\$1.203.477 no mesmo período de 2015, o que representou um aumento de 14,15%.

Os principais impactos na Receita de Uso da Rede, no período de janeiro a setembro de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- impacto tarifário de 96,21% em 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário a partir de 02 de março de 2015 e ao Reajuste Tarifário Anual de abril de 2015 (efeito integral em 2016);
- redução de 0,52% na tarifa para os consumidores livres devido ao Reajuste Tarifário Anual de 28 de maio de 2016;
- aumento de 10,56% no volume de energia transportada devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$937.053 no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a uma constituição de R\$1.306.434 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em Leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$854.060, no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$690.632, no período de janeiro a setembro de 2015, um aumento de 23,66%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no período de janeiro a setembro de 2016 foram de R\$6.574.902, comparados a R\$6.867.134 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 4,26%.

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$7.886.967 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$8.998.464 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 12,35%.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$3.857.716 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$5.374.154 no período de janeiro a setembro de 2015, uma redução de 28,22%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 40,67% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$1.898.794 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$3.200.400 no período de janeiro a setembro de 2015, decorrente, principalmente, do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 29,76% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$880.361 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$1.253.423 no período de janeiro a setembro de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no período de janeiro a setembro de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016.
- redução de 38,16% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$439.151 de janeiro a setembro de 2016 e R\$710.085 de janeiro a setembro de 2015).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$605.478 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$629.841 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 3,87%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$852.103 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$683.977 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 24,58%. Essa variação decorre, principalmente dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no período de janeiro a setembro de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$64.361.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$26.939 no período de janeiro a setembro de 2016 comparada a R\$142.826 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$370.553 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$177.780 no período de janeiro a setembro de 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$282.310 no período de janeiro a setembro de 2016 em comparação a R\$109.866 no período de janeiro a setembro de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no período de janeiro a setembro de 2016, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$243.182, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$172.998 no mesmo período de 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 36,12% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$537.045 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$394.532 no período de janeiro a setembro de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 10,42% no período de janeiro a setembro de 2016, em comparação a 9,55% no período de janeiro a setembro de 2015.
- redução da receita com Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos, sendo o montante de R\$6.638 no período de janeiro a setembro de 2016, comparados a R\$282.663 no período de janeiro a setembro de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações contábeis Intermediárias.
- aumento da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$206.967 no período de janeiro a setembro de 2016 comparados a R\$56.516 no período de janeiro a setembro de 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no período de janeiro a setembro de 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$23.223 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$135.830, representando um percentual de 17,10%. No período de janeiro a setembro de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$57.257 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$122.507, representando um percentual de 46,74%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

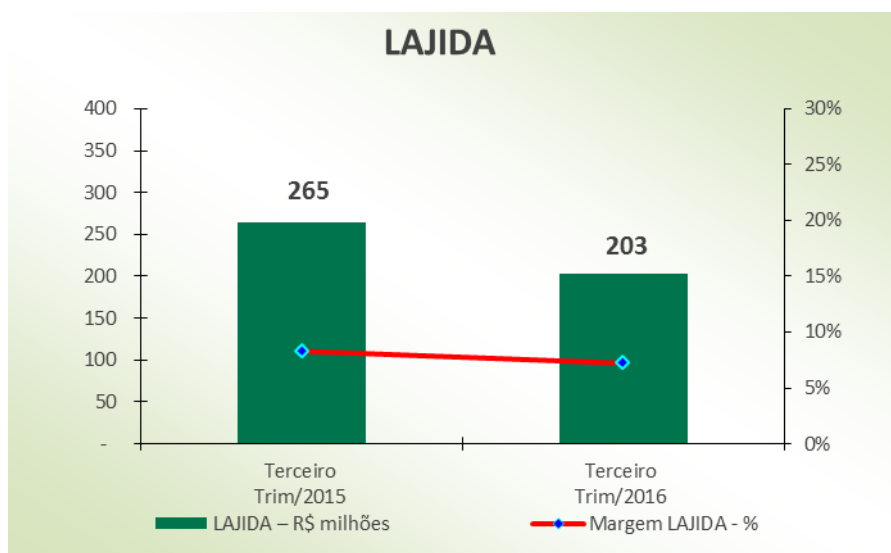
Resultado do Trimestre

A Cemig Distribuição apresentou, no terceiro trimestre de 2016, prejuízo de R\$34.702 em comparação ao Lucro Líquido de R\$60.064 no terceiro trimestre de 2015. As principais variações na comparação dos resultados dos 3ºs trimestres de 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 23,41% no terceiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015:

LAJIDA - R\$ mil	Terceiro Trim/2016	Terceiro Trim/2015	Var. %
Resultado do Período	(34.702)	60.064	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(7.965)	37.290	-
+ Resultado Financeiro Líquido	121.587	56.536	115,06
+ Amortização	123.898	110.904	11,72
= LAJIDA	202.818	264.794	(23,41)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no terceiro trimestre de 2016, em comparação ao terceiro trimestre de 2015, deve-se, principalmente, à redução na receita de 11,89% em comparação a uma redução de 10,85% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização.

Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 8,30%, no terceiro trimestre de 2015 para 7,22% no terceiro trimestre de 2016.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.032.427, no terceiro trimestre de 2016, em comparação a R\$4.316.053, no terceiro trimestre de 2015, representando uma redução de 6,57%. Os principais impactos na Receita, no terceiro trimestre de 2016, decorreram dos seguintes fatores:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016;
- Redução de 1,50% no volume de energia vendida aos consumidores finais;
- redução da receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$347.973 no terceiro trimestre de 2015 em comparação a uma reversão de R\$429 no mesmo período de 2016, em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no terceiro trimestre de 2016 e vermelha no terceiro trimestre de 2015, o que implicou no maior recebimento de valores no ano anterior;

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo.

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh (1)		
	Terceiro Trim/2016	Terceiro Trim/2015	Var %
Residencial	2.389.353	2.363.902	1,08
Industrial	790.972	941.001	(15,94)
Comércio, Serviços e Outros	1.303.251	1.384.091	(5,84)
Rural	1.015.555	928.036	9,43
Poder Público	208.314	209.647	(0,64)
Iluminação Pública	338.892	333.947	1,48
Serviço Público	318.605	301.214	5,77
Total	6.364.942	6.461.838	(1,50)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Destaca-se a redução de 15,94% na energia vendida para o segmento industrial em função, principalmente, da migração de consumidores cativos para o ambiente livre e, em menor parte, dos efeitos relacionados aos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Em contrapartida, observou-se um crescimento de 9,43% no consumo da classe rural, em função, principalmente, da maior atividade de irrigação e crescimento da base de consumidores.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No terceiro trimestre de 2016, essa receita correspondeu ao montante de R\$520.860, comparada a R\$454.850 no mesmo período de 2015, o que representou um aumento de 14,51%.

Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento de 16,30% no volume de energia transportada no trimestre devido, principalmente, à retomada de produção do setor Ferroligas em 2016.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$273.498 no terceiro trimestre de 2016, em comparação a uma constituição de R\$543.937 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se, principalmente, à redução em 2016 dos custos com energia adquirida em Leilão, em relação aos custos utilizados como base para as tarifas. Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$321.021, no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$247.227, no terceiro trimestre de 2015, um aumento de 29,85%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita no terceiro trimestre de 2016 foram de R\$2.068.406, comparados a R\$2.743.939 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 24,62%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$566.142, no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$853.667, no terceiro trimestre de 2015.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Consumidor Bandeiras Tarifárias

Redução dos Encargos relativos às Bandeiras Tarifárias em função da alteração na bandeira tarifária, que foi verde no terceiro trimestre de 2016 e vermelha no terceiro trimestre de 2015. No terceiro trimestre de 2016, houve uma reversão de R\$429 nos Encargos do Consumidor referentes a Bandeiras Tarifárias, comparada a uma dedução da receita de R\$347.973 no mesmo período de 2015.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da variação da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$2.731.144 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$3.035.419 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 10,02%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.362.092 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$1.795.541 no terceiro trimestre de 2015, uma redução de 24,14%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Redução de 32,91% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$672.292 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$1.002.122 no terceiro trimestre de 2015, decorrente principalmente do desligamento de parte das usinas termelétricas em 2016 em função da melhoria do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas do sistema, com a consequente redução dos gastos com combustível dessas usinas;
- Redução de 43,41% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, que foi de R\$273.070 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$482.579 no terceiro trimestre de 2015. Essa variação decorre, principalmente, da redução da tarifa, que era de U\$38,07/kW/mês no terceiro trimestre de 2015 e passou para U\$25,78/kW/mês, a partir de janeiro de 2016.

- Redução de 27,46% na despesa com energia de curto prazo, em função basicamente do menor custo da energia no mercado atacadista em 2016 (R\$191.656 no terceiro trimestre de 2016 e R\$264.191 no terceiro trimestre de 2015).

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$168.574 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$230.062 no mesmo período de 2015, representando uma redução de 26,73%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$264.207 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$221.527 no mesmo período de 2015, representando um aumento de 19,27%. Essa variação decorre, principalmente dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, no terceiro trimestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$20.083.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$17.428 no terceiro trimestre de 2016 comparada a R\$41.094 no mesmo período de 2015. Esta variação decorre da redução do resultado acumulado de janeiro a setembro da Companhia, base de cálculo para o pagamento da Participação.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$134.429 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$84.315 no terceiro trimestre de 2015.

Destaca-se o crescimento das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$108.418 no terceiro trimestre de 2016 em comparação a R\$52.165 no terceiro trimestre de 2015, principalmente em função do aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pela redução da atividade econômica, com impacto nas taxas de desemprego e renda das famílias.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no terceiro trimestre de 2016, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$121.587, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$56.536 no mesmo período de 2015. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução da receita com Atualização do Ativo Financeiro BRR, sendo o montante de R\$1.313 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$88.990 no mesmo período de 2015. Essa variação deve-se à redução da base de remuneração após a renovação do contrato de concessão em dezembro de 2015. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12 destas Informações contábeis Intermediárias.
- redução da receita de variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, sendo R\$19.403 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$24.228 no terceiro trimestre de 2015;
- aumento da renda de aplicação financeira, que foi de R\$42.291 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$16.279 no mesmo período de 2015, decorrente, principalmente, do maior saldo de aplicações financeiras em 2016 e da variação do CDI no período (3,47% no terceiro trimestre de 2016 e 3,43% no terceiro trimestre de 2015);
- aumento de 16,07% na receita de Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, no montante de R\$67.330 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$58.010 no mesmo período de 2015. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento da inadimplência, influenciada pelo expressivo aumento nas tarifas ocorrido em 2015 e também pelo cenário econômico brasileiro.
- redução de 14,04% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$32.090 no terceiro trimestre de 2016, comparados a R\$37.333 no mesmo período de 2015. Este resultado decorre da menor variação do IPCA no período (1,04% no terceiro trimestre de 2016 em comparação a 1,39% no terceiro trimestre de 2015).

- aumento de 18,40% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$192.993 no terceiro trimestre de 2016 comparados a R\$163.007 no terceiro trimestre de 2015. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento em 2016 da dívida indexada ao CDI.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no terceiro trimestre de 2016, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$7.965 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$42.667, representando um percentual de 18,67%. No terceiro trimestre de 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$37.290 em relação ao Lucro Antes dos Impostos de R\$97.354, representando um percentual de 38,30%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos

Diretor-Presidente

Paulo Roberto Castellari Porchia

Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Distribuição e Comercialização

Dimas Costa

Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Mauro Borges Lemos

Diretor de Gestão Empresarial

Márcio Lúcio Serrano

Diretor de Relações e Recursos Humanos

Luís Fernando Paroli Santos

Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor

Raul Lycurgo Leite

Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães

Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita

Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260